

**MANIFESTAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO COM
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, COM COMPARTILHAMENTO DE RECURSO
PATRIMONIAL: COMODATO, DOAÇÃO, OUTROS
(LEI 13.019/2014)**

Acordo de Cooperação: Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros (Art. 2º, III, da [Portaria SEGES/MGI n.º 3.506/2025](#)).

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO (Art. 35, II, da [Portaria SEGES/MGI n.º 3.506/2025](#)).

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO (A descrição do objeto deve ser objetiva, clara e precisa, de modo a se evidenciar o interesse público e recíproco dos envolvidos)	PERÍODO DE EXECUÇÃO Início a contar da assinatura do convênio. Término (indicar o prazo de execução em dias, meses ou anos):
DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA (Demonstrar a situação anterior ao acordo que ensejou a necessidade do ajuste, evidenciando o interesse recíproco e a mútua colaboração no desenvolvimento de ações, demonstrando seu alinhamento com as atividades do TJRR e os resultados a serem alcançados com a celebração do acordo de cooperação)	
PRODUTO FINAL (Deve-se descrever o produto final do acordo de cooperação, de forma completa e sucinta)	

2. ABRANGÊNCIA

Indicar a localidade, o público-alvo dentre outros aspectos capazes de definir o alcance da parceria.

3.OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPIES (Art. 36, § 2º, II, da [Portaria SEGES/MGI n.º 3.506/202](#)).

Informar os encargos/atividades a serem executadas por cada um dos partícipes, deixando evidente a maneira como irão contribuir para a consecução do objeto e atingimento do resultado proposto.

3.1. OBRIGAÇÕES COMUNS DOS PARTÍCIPIES

3.2. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO (IDENTIFICAR O PARTÍCIPE 1)

3.3. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO (IDENTIFICAR O PARTÍCIPE 2)

3.4. OBRIGAÇÕES DO INTERVENIENTE (SE HOUVER)

4. CRONOGRAMA FÍSICO (Art. 35, IV, da [Portaria SEGES/MGI n.º 3.506/2025](#)).

4.1. PLANO DE AÇÃO

ITEM	AÇÃO	QUANT.	RESPONSÁVEL	PRAZO

4.2. FORMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETO (Art. 36, § 3º, da [Portaria SEGES/MGI n.º 3.506/2025](#)).

Indicar como será realizada a aferição e registro das ações executadas e dos resultados alcançados

5. VIGÊNCIA

Indicar o prazo total de vigência do acordo de cooperação, em meses. A vigência deverá ser fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas (Art. 36, § 2º, VI, da [Portaria SEGES/MGI n.º 3.506/2025](#)).

6. UNIDADE EXECUTORA

Indicar a unidade no âmbito do TJRR que será responsável pela execução do acordo de cooperação.

7. GESTOR TÉCNICO/FISCAL TÉCNICO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

Indicar o nome do gestor técnico responsável e dos servidores que atuarão como fiscais técnicos do acordo de cooperação, no âmbito do TJRR. O gestor e os servidores designados como fiscais técnicos serão responsáveis pelo monitoramento da execução do instrumento pactuado, visando garantir o cumprimento das obrigações, objetivos, ações e prazos estabelecidos, a fim de garantir o alcance dos resultados esperados.